

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

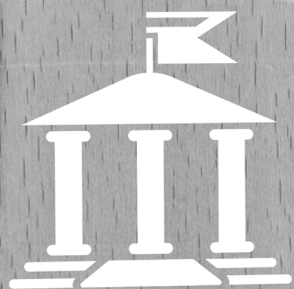
Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-884-7

DOI 10.22533/at.ed.847211003

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Ciência e Tecnologia, Estratégia, Administração Pública e Estudos Organizacionais” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este primeiro volume reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL FRENTE AOS ÓRGÃOS JULGADORES E FISCALIZADORES

José Bione de Melo Neto

Ana Paula Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110031

CAPÍTULO 2..... 22

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TERESINA-PI

Aldo Vieira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8472110032

CAPÍTULO 3..... 38

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA À LUZ DO ACESSO À INFORMAÇÃO: PESQUISA EM SEIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Cezar Andrade Marques de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.8472110033

CAPÍTULO 4..... 50

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Sabrina Sousa Moraes

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Clayton Robson Moreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110034

CAPÍTULO 5..... 63

GASTOS COM PESSOAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA-MG POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Adriano Antonio Nuintin

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Maria Aparecida Curi

Richardson Coimbra Borges

DOI 10.22533/at.ed.8472110035

CAPÍTULO 6..... 81

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO ENCERRADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Jonas Rafael Pereira dos Santos

Alexsandro Xavier Querino Lima

Mateus Cunha Rabelo

Francisco Mairton da Silva

Felipe Ribeiro Pontes

DOI 10.22533/at.ed.8472110036

CAPÍTULO 7.....	99
DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES EM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	
Adriano Santiago Lima	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8472110037	
CAPÍTULO 8.....	113
A ACCOUNTABILITY COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	
Juliana Cristina Sousa da Silva	
Elemar Kleber Favreto	
DOI 10.22533/at.ed.8472110038	
CAPÍTULO 9.....	125
O POTENCIAL DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NOS PARECERES PRÉVIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA	
Antonio Emanuel Andrade de Souza	
Elvia Mirian Cavalcanti Fadul	
DOI 10.22533/at.ed.8472110039	
CAPÍTULO 10.....	146
ESCOLARIDADE DOS GESTORES MUNICIPAIS E A APROVAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	
Délío Amaral Viana	
Aridelmo José Campanharo Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100310	
CAPÍTULO 11.....	164
GOVERNANÇA PARA COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	
Eduardo Souza Seixas	
Renelson Ribeiro Sampaio	
Luciel Henrique de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100311	
CAPÍTULO 12.....	185
CONCEITOS TEÓRICOS E A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA PÚBLICA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	
Paulo César Schotten	
Daiany Gomes Moreira	
Hugo Vinícius Colman Soares	
José Roberto Grasiel	
Nayara Jaqueline Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.84721100312	

CAPÍTULO 13..... 198

GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: A DICOTOMIA ENTRE PLANO E REALIDADE

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Sousa

Tiago Deividly Bento Sera im

DOI 10.22533/at.ed.84721100313

CAPÍTULO 14..... 206

INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE POR DIABETES NA INFÂNCIA NO BRASIL: COMPARATIVO ETÁRIO NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Ana Maria Ribeiro Fonseca

Giovanna Brasil Pinheiro

Luiz Phillipe Silva Azevedo

Rafael Cruz Mariz

DOI 10.22533/at.ed.84721100314

CAPÍTULO 15..... 211

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE EM UM MUNICÍPIO CEARENSE ENTRE 2008 E 2018

Maira Pereira Sampaio Macêdo

Bruna Raquel Morais Cunha

Miguel Marx

Tatiana de Menezes

Érika Sobral da Silva

Paula Suene Pereira dos Santos

Joana Raione Arrais Antunes

José Wanderson Carvalho Noronha

Francisco Diego da Silva Xavier

Priscila Nadine Dias Santana

Anna Karen Sales Rodrigues

Emanuely Castro Alves

DOI 10.22533/at.ed.84721100315

CAPÍTULO 16..... 222

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE SÃO BORJA-RS

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohã Araújo

Fátima Regina Zan

Tanise Brandão Bussmann

Carmen Regina Dorneles Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.84721100316

CAPÍTULO 17	238
FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O OLHAR DOS CURSISTAS SOBRE ASPECTOS INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL NO CURSO <i>LATO SENSU</i>	
Gercina Dalva	
DOI 10.22533/at.ed.84721100317	
CAPÍTULO 18	244
ENSINO REMOTO DA ÁREA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A CONVERSÃO DO CONHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO, DURANTE A PANDEMIA, NOS CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – <i>CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS</i>	
Aline Fonseca Gomes	
Vagner Costa Oliveira	
Joselito da Silva Bispo	
Sara Mendes Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.84721100318	
CAPÍTULO 19	256
A PANDEMIA E O ROMPIMENTO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
Márcio Dourado Rocha	
Rosalina Maria Lima Leite do Nascimento	
Marcos Flavio Portela Veras	
Rhogério Correia de Souza Araújo	
Ieso Costa Marques	
Juliana Luíza Moreira Del Fiacco	
Regiane Janaína Silva de Menezes	
Elizabeth Cristina Soares	
DOI 10.22533/at.ed.84721100319	
CAPÍTULO 20	262
A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: PREMISSAS DA EAD E DESAFIOS PARA GESTÃO DAS IES NA ABORDAGEM DA GOVERNANÇA DA INTERNET	
Diólia de Carvalho Graziano	
Luiz Fernando Gomes Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.84721100320	
CAPÍTULO 21	282
REFLEXÕES SOBRE AUTORIA DE PESQUISAS APLICADAS NO LABORATÓRIO DE GESTÃO	
Maria Carolina Conejero	
DOI 10.22533/at.ed.84721100321	
CAPÍTULO 22	299
CENÁRIO ATUAL DAS COMISSÕES DO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES	
Felipe Gonçalves Moura	

Guilherme Gil Fernandes
Julianny de Souza Oliveira
Lara de Oliveira Carvalho
Luca de Almeida Brito
Marília Aguiar Rodrigues
Mikelly Bonfim Anjos
Pedro Henrique Rocha Chaves
Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior
Thavane Ferreira de Almeida
Alex França Andrade
Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.84721100322

CAPÍTULO 23.....303

FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Fabício Longuinhas Silva
Marcelo Santana Silva
Eduardo Oliveira Teles
André Luis Rocha de Souza
Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva
Eduardo Cardoso Garrido

DOI 10.22533/at.ed.84721100323

CAPÍTULO 24.....316

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA SUSTENTÁVEL DE ESTUDANTES AMAZONENSES

Aristides da Rocha Oliveira Junior
Francisco Assis Barros de Oliveira
Roderick Cabral Castello Branco
Maria Stela de Vasconcellos Nunes de Mello
Afrânio de Amorim Francisco Soares Filho

DOI 10.22533/at.ed.84721100324

CAPÍTULO 25.....338

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CLÁSSICO: REFLEXÕES DO MODELO DE NEGÓCIO

Isabella Ferreira Friso
Marta Fabiano Sambiasi

DOI 10.22533/at.ed.84721100325

SOBRE O ORGANIZADOR.....352

ÍNDICE REMISSIVO.....353

DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES EM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Data de aceite: 01/03/2021

Adriano Santiago Lima

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Clayton Robson Moreira da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí

RESUMO: A presente pesquisa busca evidenciar o grau de dependência dos municípios do Ceará em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para alcançar esse objetivo, utilizou-se pesquisa descritiva, documental, com abordagem quantitativa. Foi analisado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de 145 municípios no período de 2017 a 2019. Os resultados indicaram uma dependência de grande parte dos municípios em relação ao FPM. Percebeu-se também que os municípios menos dependentes eram de grande porte, sendo destaques Eusébio, São Gonçalo do Amarante e Fortaleza. Em contrapartida, os mais independentes eram de pequeno porte, como Umari, Granjeiro e Ipaumirim. Apesar disso, destaca-se que, ao verificar a relação entre as Receitas Tributárias e Receitas Correntes, a maior média nos últimos três anos não chega a 30%, evidenciando mais uma vez grande dependência dos municípios por repasses governamentais. Conclui-se, portanto, que os

municípios cearenses, no período analisado e no atual modelo de distribuição do FPM, não exploram suas fontes de arrecadação, conseqüentemente, se tornam cada vez mais dependentes.

PALAVRAS - CHAVE: Municípios. Dependência. FPM.

1 | INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil, formada pela, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, dotou os entes de autonomia política e administrativa, equiparando-os aos Estados em termos de direitos e deveres (RIBEIRO et al. 2019). Para Massardi e Abrantes (2014), os municípios foram os que mais se beneficiaram com o processo de descentralização fiscal, concentrando uma parcela maior de recursos. Porém, em contrapartida, gerou atribuições adicionais, que antes eram da União, como, gastos com saúde e educação.

Os municípios dispõem de várias fontes de receitas para custear suas despesas e assim ofertarem bens e serviços à população, mas, na maioria das vezes, as transferências constitucionais correspondem pela maior fatia de suas receitas (RODRIGUES; SILVA, 2020). O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional, prevista no artigo 159, inciso I, alínea b da Constituição

Federal (BRASIL, 1988). O FPM é a principal fonte de receita para a maioria dos municípios, principalmente os de pequeno porte, chegando a ultrapassar os 50% da receita total (MASSARDI; ABRANTES, 2016).

Nos últimos anos, a economia brasileira vem passando por um período de recessão, afetando diretamente as receitas da União e dos Estados, impactando diretamente nas transferências da União aos municípios, comprometendo ainda mais suas contas (CIALDINI et al., 2017). Os autores destacam que o estado do Ceará, em um momento de crise, se comparado a outros estados, se encontra em uma situação privilegiada, já que seu baixo nível de endividamento e alto nível de poupança permitem manter o governo em situação de solvência.

Diante disso, surge o seguinte problema do presente trabalho: Qual o nível de dependência dos municípios do estado do Ceará em relação ao FPM? Para responder a essa pergunta, tem-se como objetivo geral evidenciar o grau de dependência dos municípios do Ceará em relação ao FPM.

Esse trabalho se justifica por oferecer informações aos gestores, pesquisadores e qualquer pessoa interessada no assunto sobre a dependência dos municípios do estado do Ceará quanto ao FPM e outros repasses. Alguns autores desenvolveram estudos semelhantes em outros estados (MASSARDI; ABRANTES, 2016; RODRIGUES; SILVA, 2020), evidenciando a importância de tal temática para ajudar a traçar um perfil sobre a realidade econômica dos municípios cearenses. Contudo, não foram encontrados estudos sobre esse tema em municípios cearenses.

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo mostra a introdução, o segundo aborda o referencial teórico, o terceiro evidencia a metodologia aplicada nesta pesquisa, o quarto capítulo mostra a análise dos dados e o quinto e último exibe as considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são abordados os temas sobre Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e também sobre a Dependência dos Municípios ao FPM.

2.1 Fundo de Participação dos Municípios

As transferências intergovernamentais são valores repassados pela União aos demais entes da federação, através do Tesouro Nacional, órgão responsável por efetuar as transferências desses recursos aos entes, nos prazos legalmente estabelecidos. Isso pode ocorrer de forma constitucional ou legal ou, por outra via, de forma voluntária. O principal objetivo dessas transferências é permitir uma maior redistribuição de renda entre os entes da federação, maior equilíbrio econômico e redução de desigualdades regionais (STN, 2018).

Dentre as transferências da União aos Estados e Municípios, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Exportação; a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); os *Royalties*; e, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Ressalta-se que este trabalho tem foco no FPM.

O FPM é um dos principais instrumentos de redistribuição de renda da União para os municípios e tem como objetivos permitir um maior equilíbrio fiscal entre os entes federados e ampliar a qualidade da intervenção do setor público na economia. É composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do (IPI), (MASSARDI; ABRANTES, 2016).

Os critérios e coeficientes adotados como fator para a distribuição do FPM são: população e renda per capita. No fator população, calcula-se inicialmente a relação entre a população da capital específica e a soma das populações de todas as capitais (população capital/somatório populações das capitais). Em seguida, extrai-se o fator resultante (STN, 2018), conforme consta na Tabela 1.

Pop.do Município/pop. de referência	Fator
Até 2%	2,0
Acima de 2% até 2,5%	2,5
Acima de 2,5% até 3,0%	3,0
Acima de 3,0% até 3,5%	3,5
Acima de 3,5% até 4,0%	4,0
Acima de 4,0% até 4,5%	4,5
Acima de 4,5%	5,0

Tabela 1 – FPM Capital e Reserva – Fator população

Fonte: STN (2018, p. 9)

O fator renda per capita é calculado para cada Estado, onde é preciso dividir a renda per capita nacional pela do Estado da capital e depois divide esse resultado por cem e utiliza-se o fator obtido (STN, 2018), da forma que se apresenta a Tabela 2.

Inverso do índice de renda per capita do Estado (%)	Fator
Até 0,0045	0,4
Acima de 0,0045 até 0,0055	0,5
Acima de 0,0055 até 0,0065	0,6
Acima de 0,0065 até 0,0075	0,7
Acima de 0,0075 até 0,0085	0,8
Acima de 0,0085 até 0,0095	0,9
Acima de 0,0095 até 0,0110	1,0
Acima de 0,0110 até 0,0130	1,2
Acima de 0,0130 até 0,0150	1,4
Acima de 0,0150 até 0,0170	1,6
Acima de 0,0170 até 0,0190	1,8
Acima de 0,0190 até 0,0220	2,0
Acima de 0,0220	2,5

Tabela 2 – FPM Capital e Reserva – Fator renda per capita

Fonte: STN (2018, p. 9)

O total do FPM é segmentado em três partes: FPM-Capitais, FPM-Interior e FPM-Reserva. A divisão do valor total do FPM é feita da seguinte forma: 10% são entregues aos municípios que são capitais de estados (FPM-Capitais), 86,4% é rateado aos demais municípios (FPM-Interior) e 3,6% constituem uma reserva para suplementar a participação dos municípios mais populosos, acima de 142.633 habitantes (FPM-Reserva) (RODRIGUES; SILVA, 2020).

Contudo, cumpre mencionar que esses critérios não conseguem diminuir as disparidades existentes entre essas unidades subnacionais e provocam ainda uma preguiça fiscal nos municípios (BAIÃO, CUNHA; SOUZA, 2017), assunto que será abordado na seção seguinte.

2.2 Dependência dos municípios em relação ao FPM

Massardi e Abrantes (2016) destacam que existe uma grande quantidade de municípios que possuem um alto nível de dependência do FPM, principalmente pequenos municípios. Os autores argumentam que a dependência do FPM está diretamente relacionada ao tamanho do município e os critérios de repasse criam um desinteresse por parte dos gestores públicos em organizar e estruturar a administração fazendária municipal para instituir, cobrar e fiscalizar o recolhimento de tributos que são de competência municipal.

Theóphilo et al. (2011) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de identificar possíveis estratégias de gestão empreendedora adotadas pelos gestores municipais para

incrementar as receitas no município de Salinas, no estado de Minas Gerais. Os autores encontraram que, no período de 2005 a 2009, o FPM representava quase 40% da receita tributária total e que apenas 14,93% da receita era de arrecadação própria. Os pesquisadores observaram também que, com os esforços do governo municipal para aumentar a receita orçamentária, por meio da agilidade dos serviços prestado aos contribuintes, as receitas cresceram mais do que o FPM.

Lira, Monteiro e Fadul (2013) analisaram os municípios do estado da Bahia por meio da análise da evolução da receita total no período de 1998 a 2006 e relacionaram esses dados ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA), que é referência para a formação da taxa básica de juros da economia brasileira, com o objetivo de se constatar qual o percentual da receita pública, em termos reais, sobre o PIB que está à disposição das cidades baianas. Os autores concluíram que as transferências federais e estaduais representavam em média aproximadamente 80% das receitas totais.

Essa situação é bem distante de uma condição de equidade, proporcionando a algumas comunidades municipais o acesso a elevados montantes de receita, enquanto a outras é destinado um volume até 20 vezes menor, considerada a proporcionalidade com o seu número de habitantes. Além disso, percebeu-se que a qualidade do gasto público nos municípios baianos não se mostrou satisfatória, o que foi evidenciado pela baixa correlação entre a disponibilidade de receita per capita e os seus correspondentes indicadores de desenvolvimento social (LIRA; MONTEIRO; FADUL, 2013).

Massardi e Abrantes (2016) demonstraram o nível de dependência dos municípios mineiros em relação ao FPM entre os anos de 2004 a 2009, relacionando a receita do FPM e a receita corrente municipal. Os autores constaram que a maioria dos municípios possui nível de dependência superior a 50%, ou seja, os recursos do FPM representam a principal fonte de financiamento municipal, com destaque para os municípios com população inferior a 20.000 habitantes, mostrando que a dependência do FPM está diretamente relacionada ao tamanho do município.

Baião, Cunha e Souza, (2017) avaliaram o efeito das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios. Para isso, investigaram se os diversos tipos de transferências conseguem levar em consideração a capacidade de autofinanciamento do município e a necessidade fiscal atrelada a custos e demandas por serviço público. Os resultados evidenciaram que algumas transferências, que têm natureza redistributiva, como o FPM, contribuem pouco para a equalização fiscal dos municípios. Em contrapartida, algumas transferências condicionais, como o Fundeb, que não possuem esse objetivo, apresentam um efeito positivo. Além disso, o Bolsa Família, apesar de não ser uma transferência intergovernamental, também desempenhou papel equalizador do PIB entre os municípios, servindo para contrabalancear uma limitação das transferências intergovernamentais.

Caetano et al. (2017) verificaram a relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais, no período de 2009 a 2013. Os pesquisadores constataram que o desenvolvimento econômico local pode estar concatenado à autonomia financeira dos municípios do estado de Minas Gerais. Assim, ficou evidenciado que o quantitativo de receitas tributárias próprias per capita e as transferências fiscais per capita, bem como o percentual adicional de investimento em educação, não impactaram o índice de educação designado para a pesquisa.

Castro et al. (2020) também analisaram os municípios de Minas Gerais e verificaram a relação entre a distribuição do FPM e o nível de necessidade fiscal dos municípios de Minas Gerais entre 2000 e 2010. Os autores constataram que a maior parte dos municípios receberam recursos aquém do necessário, que este problema tende a ser maior nas cidades mais populosas e que a distorção se intensificou ao longo do tempo. Dessa forma, concluíram que é imprescindível que o sistema federativo brasileiro reveja as regras do fundo e que o momento atual, no qual a crise fiscal leva a um natural debate em torno da tributação e das relações entre esferas de governo, seria um momento oportuno para inserir tal tema na agenda de reformas que o país precisa.

Destaca-se que o FPM deve exercer sua principal função que é de distribuir renda (MASSARDI; ABRANTES, 2015; BAIÃO, CUNHA; SOUZA, 2017) e não criar dependência nesses municípios.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa” (KAUARK, 2010, p. 52).

Este trabalho, quanto aos objetivos, se caracteriza como descritivo, pois procura descrever as características de uma certa população ou fenômeno. Também pode ser entendida como estabelecimento de relação entre variáveis (GIL, 2002).

Quanto ao delineamento, este trabalho utilizou-se de pesquisa documental, pois segundo Parazoni-Reis (2009, p. 31), “tem como principal característica a fonte de dados, o instrumento onde se procederá à coleta dos dados, é um documento”. Por fim, quanto à abordagem, se caracteriza como quantitativa pois busca descrever significados que são considerados como inerentes aos objetos e atos, se caracteriza por permitir uma abordagem focalizada e pontual, estruturada, utilizando-se de dados quantitativos, técnicas de análise dedutivas, partem do geral para o particular e são orientadas pelos resultados.

Ressalta-se que o objetivo desta pesquisa foi evidenciar o grau de dependência dos municípios do Ceará em relação ao FPM. Dessa forma, foi analisado o Anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que versa sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), dos municípios cearenses, referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019. Foram

utilizados os dados sobre (i) Receita Corrente; (ii) Receitas Tributárias - impostos, taxas e contribuições de melhoria; (iii) Transferências Correntes; e (iv) o FPM.

Cumpre destacar que o estado do Ceará foi escolhido, porque na visão de Cialdini et al. (2017), é um dos poucos estados que se encontram na zona de conforto em relação à crise que os estados brasileiros estão enfrentando. Dessa forma, surgiu o interesse de investigar os municípios desse estado.

O estado do Ceará é formado por 184 municípios, porém não foi possível trabalhar com todos por ausência de informações de alguns. Dessa forma, a amostra desse estudo é composta por 145 municípios, conforme se observa no Quadro 1.

Abaiara	Chaval	Jaguaretama	Penaforte
Acarape	Choró	Jaguaribara	Pentecoste
Acaraú	Chorozinho	Jaguaribe	Pereiro
Acopiara	Coreaú	Jardim	Pindoretama
Aiuaba	Crateús	Jati	Piquet Carneiro
Alcântaras	Crato	Jijoca de Jericoacoara	Pires Ferreira
Altaneira	Cruz	Juazeiro do Norte	Poranga
Alto Santo	Deputado Irapuan Pinheiro	Jucás	Potengi
Amontada	Eusébio	Lavras da Mangabeira	Potiretama
Antonina do Norte	Farias Brito	Limoeiro do Norte	Quixeramobim
Apuiarés	Fortaleza	Madalena	Quixeré
Aquiraz	Fortim	Maracanaú	Redenção
Aracati	Nova Olinda	Maranguape	Russas
Aracoiaba	Frecheirinha	Marco	Saboeiro
Ararendá	General Sampaio	Martinópole	Salitre
Araripe	Granja	Mauriti	Santa Quitéria
Aratuba	Granjeiro	Milagres	Santana do Acaraú
Assaré	Guaiúba	Milhã	Santana do Cariri
Aurora	Guaraciaba do Norte	Missão Velha	São Gonçalo do Amarante
Baixio	Guaramiranga	Mombaça	São João do Jaguaribe
Barbalha	Horizonte	Morada Nova	São Luís do Curu
Barreira	Ibicuitinga	Morrinhos	Senador Pompeu
Baturité	Icapuí	Mucambo	Sobral
Beberibe	Iguatu	Mulungu	Tabuleiro do Norte
Bela Cruz	Independência	Nova Russas	Tarrafas
Boa Viagem	Ipaporanga	Novo Oriente	Tauá
Brejo Santo	Ipaumirim	Ocara	Tejuçuoca
Canindé	Ipueiras	Pacajus	Tianguá
Capistrano	Iracema	Pacatuba	Trairi
Caridade	Irauçuba	Pacujá	Tururu

Caririçu	Itaiçaba	Palmácia	Ubajara
Cariús	Itaitinga	Paracuru	Umari
Carnaubal	Itapajé	Paraipaba	Umirim
Cascavel	Itapipoca	Parambu	Uruburetama
Catarina	Itapiúna	Paramoti	Várzea Alegre
Caucaia	Itarema	Pedra Branca	Viçosa do Ceará
Cedro			

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada no período de 20 de setembro a 15 de novembro de 2020. Após essa etapa, os dados foram agrupados em planilhas do Microsoft Excel © e os dados foram apresentados em tabelas para melhor evidênciação. Na análise dos dados verificou-se a relação entre: o FPM e a Receita Corrente; o FPM e a Transferência Corrente; e a Receita Tributária e a Receita Corrente. Utilizou-se também a estatística descritiva na análise dos dados. A seguir são apresentadas a descrição e a análise dos resultados da pesquisa.

4 | DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente verificou-se a relação entre o FPM e as Receitas Correntes. Na Tabela 3 está evidenciada a estatística descritiva verificada.

	2017	2018	2019
Média	31,0%	30,8%	30,7%
Desvio-padrão	7,8%	8,1%	7,8%

Tabela 3 - Estatística descritiva da relação entre FPM e Receitas Correntes

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 3, foi percebido uma queda leve ao longo dos anos analisados, queda essa representada por meio das médias, 31,0%, 30,8% e 30,7% respectivamente aos anos de 2017, 2018 e 2019.

De acordo com a Tabela 3, percebe-se que ao longo dos três anos houve uma pequena diminuição na média da relação entre o FPM e as Receitas Correntes. Percebe-se então um nível de dependência significativo sobre o FPM por parte dos municípios do estado do Ceará, o que converge com os achados de Massardi e Abrantes (2016).

Em seguida foi realizada a relação entre o FPM e as Transferências Correntes,

conforme se observa na Tabela 4.

	2017	2018	2019
Média	35,7%	34,7%	34,3%
Desvio-padrão	6,7%	7,3%	7,1%

Tabela 4 - Estatística descritiva da relação entre FPM e Transferências Correntes

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 4, percebe-se uma leve diminuição ao longo dos três anos na relação entre o FPM sobre as Transferências Correntes, mostrando a representatividade que o FPM tem nas Transferências Correntes.

Em sequência, verificou-se a relação entre as Receitas Tributárias e as Receitas Correntes. Na Tabela 5 está a estatística descritiva dessa relação.

	2017	2018	2019
Média	4,7%	5,4%	5,0%
Desvio-padrão	4,5%	4,9%	4,7%

Tabela 5 - Estatística descritiva da relação entre Receitas Tributárias e Receitas Correntes

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 5 verifica-se que as Receitas Tributárias ainda representam uma parcela mínima no total das Receitas Correntes. Além disso, para 75% dos municípios cearenses, a Receita Tributária representa até 5,4% das Receitas Correntes, percentual muito baixo, mostrando um baixo esforço fiscal dos municípios analisados.

Em seguida, analisou-se a relação entre o FPM e as Receitas Correntes. Na Tabela 6 estão evidenciados os resultados encontrados dos municípios que apresentaram maiores percentuais.

Município	2017	2018	2019	Média
Umari	43,0%	43,4%	45,4%	43,9%
Granjeiro	44,2%	44,9%	41,8%	43,6%
Ipaumirim	42,5%	40,6%	42,0%	41,7%
Abaíara	39,3%	44,2%	40,9%	41,5%
Madalena	41,7%	43,1%	39,6%	41,5%
Carnaubal	38,8%	42,5%	41,1%	40,8%
Independência	39,9%	40,7%	40,9%	40,5%
Catarina	35,2%	42,1%	43,8%	40,4%
Pires Ferreira	39,5%	42,2%	39,0%	40,2%
Palmácia	39,4%	40,4%	39,3%	39,7%

Tabela 6 - Municípios com a maior relação entre o FPM e Receitas Correntes

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 6 estão relacionados os 10 municípios mais dependentes do FPM, sendo Umari o mais dependente, por apresentar uma média nos últimos três anos de 43,9%, ou seja, quase metade de suas receitas correntes é composta do FPM. Em segundo lugar vem Granjeiro com média de 43,6% e Ipaumirim em terceiro, com 41,7%.

Município	2017	2018	2019	Média
Eusébio	11,6%	10,2%	10,4%	10,7%
São Gonçalo do Amarante	11,9%	11,9%	10,8%	11,5%
Fortaleza	12,6%	13,1%	12,5%	12,7%
Maracanaú	13,3%	13,4%	13,5%	13,4%
Caucaia	14,0%	13,8%	13,9%	13,9%
Barbalha	12,9%	15,5%	15,5%	14,6%
Aquiraz	15,1%	15,2%	15,0%	15,1%
Sobral	16,4%	15,1%	15,2%	15,6%
Juazeiro do Norte	14,6%	18,2%	18,0%	17,0%
Aracati	16,6%	19,1%	16,0%	17,3%

Tabela 7 - Municípios com a menor relação entre o FPM e Receitas Correntes

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 7 estão os 10 municípios menos dependentes do FPM. Os três primeiros colocados foram Eusébio, com média de 10,7%, São Gonçalo do Amarante, com 11,5% e Fortaleza, com 12,7%. Realizando uma análise geográfica e econômica desses municípios, verifica-se que esses são municípios de médio ou grande porte e sua fonte de arrecadação própria é fortalecida pelo turismo local, por serem cidades litorâneas ou por sediarem várias indústrias e/ou comércios. Nesse sentido, reforça-se o que já afirmado por Massardi e Abrantes (2016): a dependência do FPM está diretamente relacionada ao tamanho do município.

Em continuação, verificou-se os municípios com menor relação entre o FPM e as

Transferências Correntes (Tabela 8).

Município	2017	2018	2019	Média
Eusébio	18,1%	15,5%	16,2%	16,6%
Maracanauá	16,8%	16,5%	16,8%	16,7%
Barbalha	17,0%	17,1%	17,0%	17,0%
Caucaia	18,3%	17,2%	17,5%	17,7%
São Gonçalo do Amarante	19,3%	18,2%	15,7%	17,8%
Sobral	20,5%	19,0%	19,0%	19,5%
Fortaleza	20,9%	21,5%	21,3%	21,2%
Itapipoca	22,1%	21,5%	22,0%	21,9%
Aquiraz	22,1%	22,6%	21,6%	22,1%
Crato	24,3%	21,7%	20,9%	22,3%

Tabela 8 - Municípios com a menor relação entre o FPM e Transferências Correntes

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 8 que Eusébio é o município que tem a menor relação entre o FPM e as Transferências Correntes, com média de 16,6%. Nota-se que esses municípios possuem uma média entre 16,6% (Eusébio) e 22,3% (Crato), logo, esses valores podem ser considerados baixos. Ressalta-se que esses municípios são de médio ou grande porte, o que pode justificar essas médias menores.

Município	2017	2018	2019	Média
Umari	44,9%	44,8%	47,7%	45,8%
Catarina	45,1%	45,2%	45,9%	45,4%
Granjeiro	45,2%	46,2%	43,1%	44,8%
Abaiara	42,2%	48,1%	43,0%	44,5%
Paramoti	44,7%	44,9%	43,2%	44,3%
Apuiarés	45,3%	44,0%	42,5%	43,9%
Ipaumirim	44,4%	43,0%	43,7%	43,7%
Madalena	43,6%	45,5%	41,4%	43,5%
Itapiúna	43,9%	43,8%	42,7%	43,5%
Jaguaretama	43,7%	43,6%	43,2%	43,5%

Tabela 9 - Municípios com a maior relação entre o FPM e Transferências Correntes

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 9 está a relação dos 10 municípios que apresentam maior relação entre o FPM e as Transferências Correntes. Em geral, percebe-se que são municípios de pequeno porte e que não possuem condições próprias de arrecadação. Umari é o município que, em média, possui um valor mais expressivo (45,8%). Jaguaretama, com 43,5%, foi o décimo município com maior representatividade.

Em seguida, foram observados os municípios com menor relação entre as Receitas

Tributária e as Receitas Correntes, conforme se evidencia na Tabela 10.

Município	2017	2018	2019	Média
Alcântaras	1,0%	1,1%	1,0%	1,1%
Poranga	2,2%	2,0%	0,4%	1,5%
Granjeiro	1,3%	1,3%	2,3%	1,6%
Tururu	1,3%	1,7%	2,1%	1,7%
Martinópole	1,5%	2,4%	1,1%	1,7%
Ipaporanga	2,6%	1,4%	1,4%	1,8%
Pacujá	1,5%	2,1%	1,8%	1,8%
Tejuçuoca	2,1%	1,9%	1,8%	1,9%
Pedra Branca	1,7%	2,6%	1,6%	2,0%
Ararendá	1,7%	2,0%	2,3%	2,0%

Tabela 10 - Municípios com a menor relação entre a Receitas Tributárias e as Receitas Correntes

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 10, verifica-se que o município que apresenta menor relação entre a Receita Tributária e as Receitas Correntes foi Alcântaras (1,1%), com um valor expressivamente baixo. Observa-se também que nos demais municípios não há muita diferença. Ararendá tem um percentual de arrecadação própria de apenas 2,0%.

Município	2017	2018	2019	Média
São Gonçalo do Amarante	31,6%	30,5%	27,7%	29,9%
Fortaleza	25,5%	27,3%	26,2%	26,3%
Aquiraz	23,2%	26,8%	25,8%	25,3%
Eusébio	23,7%	25,0%	26,4%	25,0%
Jijoca de Jericoacoara	14,7%	22,5%	21,4%	19,6%
Jati	21,9%	10,7%	9,5%	14,0%
Juazeiro do Norte	10,3%	13,4%	13,4%	12,4%
Caucaia	12,0%	11,2%	11,7%	11,7%
Penaforte	5,4%	13,0%	14,4%	10,9%
Maracanaú	8,7%	10,1%	10,9%	9,9%

Tabela 11 - Municípios com a maior relação entre as Receitas Tributárias e as Receitas Correntes

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 11 estão os 10 municípios com maiores percentuais de Receitas Tributárias sobre as Receitas Correntes. São Gonçalo do Amarante, município que tem a maior média, 29,9% do total das Receitas Correntes é composta pelas Receitas Tributárias,

seguido de Fortaleza (26,3%) e Aquiraz (25,3%). Ressalta-se que esses três municípios são da Região Metropolitana de Fortaleza. Além disso, São Gonçalo do Amarante possui o Porto do Pecém, o que justifica essa maior arrecadação de tributos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo evidenciar o grau de dependência dos municípios do estado do Ceará em relação ao FPM. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, por meio de análise documental. Foi analisado o RREO de cada município dos anos de 2017 a 2019.

Assim como os resultados encontrados por Massardi e Abrantes (2016) que analisaram os municípios do estado de Minas Gerais, os achados dessa pesquisa demonstram uma dependência de grande parte dos municípios. Além disso, pode haver uma forte relação com o tamanho do município, tendo em vista que municípios menores tiveram maior dependência. Ressalta-se que muitos municípios de pequeno porte não possuem uma política fiscal que incentive a arrecadação própria, além de não possuírem indústrias ou turismo mais desenvolvidos para que esses sirvam de fonte de arrecadação de tributos. Logo, a prefeitura se torna a principal fonte de emprego e de renda da população e os repasses do governo se tornam a principal fonte de recursos para custear essas despesas.

O estudo também reafirma que embora o FPM seja considerado um dos instrumentos de redistribuição de renda entre os entes federados, seu papel não está sendo bem cumprido devido os seus critérios e coeficientes beneficiarem alguns municípios, tendo em vista que alguns ganham mais do que precisam e outros menos. Esse fato pode deixar gestores menos interessados em organizar e estruturar a administração fazendária municipal e arrecadar o mais próximo possível de suas despesas, tornando-se menos dependentes de repasses do governo.

Sendo assim, esse estudo deixa uma reflexão de que deve haver mudanças nos coeficientes, principalmente a implementação de políticas que incentivem os gestores a melhorar mais sua arrecadação própria. Os achados mostraram que há municípios que os tributos próprios não chegam a 2% do total da receita corrente, ficando nítido o quanto precisam melhorar para arrecadar mais e se tonarem menos dependentes.

Diante dos resultados apresentados, conclui-se que há um elevado nível de dependência dos municípios do estado do Ceará em relação ao FPM. Como limitações da pesquisa, aponta-se a inexistência de informações por parte de alguns municípios, o que não permitiu que fossem analisados todos os municípios. Além disso, não foi analisada a relação entre a dependência do FPM a variáveis como tamanho, PIB, etc. Sugere-se então para futuras pesquisas que sejam verificadas a relação entre o FPM e tamanho dos municípios e PIB.

REFERÊNCIAS

BAIÃO, A. L.; CUNHA, A. S. M.; SOUZA, F. S. R. N. Papel das Transferências Intergovernamentais na Equalização Fiscal dos Municípios Brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 3, p. 583-610, 2017.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. <<https://www.senado.leg.br/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

CAETANO, C. C. R.; ÁVILA, L. A. C.; TAVARES, M. A Relação entre as Transferências Governamentais, a Arrecadação Tributária Própria e o Índice de Educação dos Municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 5, p. 897-916, 2017.

CASTRO, K. P.; LIMA, A. C. C. Distorções Regionais na Distribuição do FPM: Um Estudo Aplicando Conjuntos Fuzzy em Municípios de Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 1, p. 1-24, 2020.

CIALDINI, A. S.; MARINO, C. E. S.; CAVALCANTE, C. N. R.; SANTOS, F. A. S.; MAIA, F. L. M.; RIBEIRO, G. S. Análise das finanças públicas dos Estados do Nordeste: um estudo comparativo. **Panorama Fiscal: Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará**. v. 9, n. 2, 5-45, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIRA, N. K. M.; MONTEIRO, A. de O.; FADUL, E. M. C. A distribuição de receitas públicas nos municípios do Estado da Bahia: uma análise crítica de sua equidade. **Revista O&S**, v.20 - n.66, p. 423-438, 2013.

MASSARDI, W. de O.; ABRANTES, L. A. Classificação dos municípios mineiros em relação à composição de suas receitas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, n. 1, p. 144- 161, 2014.

_____. Dependência dos municípios de Minas Gerais em relação ao FPM. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 173- 187, 2016.

PARAZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

RIBEIRO, C. P. P.; MENDES, W. A.; EMMENDOERFER, M. L.; ABRANTES, L. A. Transferências Constitucionais no Brasil: Um Estudo Bibliográfico sobre o FPM- Fundo de Participação dos Municípios. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 39, p. 44-65, 2019.

RODRIGUES, M.; SILVA, D. C. C. Concentração e Dependência das Transferências Constitucionais nos Municípios do Pará. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 80, p. 1-17, 2020.

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL – STN. **O que você precisa saber sobre as transferências fiscais da União**. 2018. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:6370> Acesso em: 12 out. 2020.

THEÓPHILO, C. R.; TOLENTINO, M. A.; SANTOS, M. G. D.; SILVA, S. P. Gestão empreendedora de recursos públicos: receita tributária em face do FPM no município de Salinas, Norte de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 2, n. 42, p. 6-13, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 7, 53, 61, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 160, 162

Acessibilidade 8, 56, 165, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Acesso 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 79, 97, 98, 103, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 134, 142, 143, 144, 145, 160, 171, 183, 187, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 219, 220, 221, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 245, 250, 251, 252, 254, 255, 259, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 276, 303, 304, 307, 308, 311, 312, 313, 318, 350, 351

Acesso à Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 54, 55, 61, 121, 134, 266, 304

C

Combinação 244, 246, 247, 248, 252, 253, 275, 296

Compras Públicas 7, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 183

Contabilidade Pública 43, 49, 113, 115, 118, 119, 123, 160, 161

Controle Externo 3, 97, 116, 125, 130, 133, 137, 147, 148, 149, 150, 158, 161, 162, 181

Controle Social 6, 5, 7, 27, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 91, 96, 115, 116, 118, 141, 149

Convênios 56, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

D

Dependência 7, 7, 71, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 273, 286, 287, 291, 295, 296

Diabetes 8, 206, 207, 208, 209, 210

Direito Fundamental 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 35

Docentes 5, 9, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 260, 280, 301

E

Educação a Distância 241, 249, 261, 263, 270, 271, 272, 274

Educação de adultos 262, 264, 274

Ensino não presencial 260

Epidemiologia 212, 217, 220

Escolaridade 7, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 287, 341

Estado do Pará 7, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154

Estratégia 2, 5, 38, 164, 185, 187, 190, 196, 213, 219, 220, 224, 269, 319, 342, 351

Execução Orçamentária 6, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 55, 66, 99, 104, 115, 118, 127, 143

Externalização 244, 246, 247, 248, 253

F

FPM 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112

G

Gastos com Pessoal 6, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Gestão IES 262

Governança da Internet 9, 262, 265, 266, 278, 280

I

Inclusão Social 53, 96, 222, 223, 224, 231, 232, 233, 236, 315

Infância 206, 210

Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 91, 121, 134, 147, 167, 168, 174, 178, 184, 196, 214, 217, 219, 236, 259, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 272, 278, 279, 288, 304, 305, 310

Internalização 244, 246, 247, 248, 253, 321

L

Lei de Acesso à Informação 6, 1, 3, 4, 6, 7, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 35, 36, 37, 38, 46, 54, 55, 61, 134

M

Microrregião 6, 63, 64, 67, 72, 78

Ministério Público 1, 3, 4, 5, 6, 10, 14, 18, 19, 21, 43, 44, 53, 129, 143

Municípios 6, 7, 7, 26, 31, 36, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 201, 213, 217

Municípios Cearenses 6, 7, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 99, 100, 104, 107

O

Óbitos 206

Objetivos 4, 10, 11, 23, 29, 30, 43, 44, 52, 64, 66, 67, 69, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 94, 95,

96, 101, 104, 117, 120, 131, 136, 150, 165, 166, 167, 174, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 199, 201, 204, 238, 242, 246, 253, 258, 274, 275, 288, 295, 302, 305, 318, 342, 345

Organizações 5, 43, 84, 87, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 142, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 186, 187, 189, 195, 254, 263, 265, 268, 269, 270, 276, 304, 325, 327, 330, 341, 342, 350

P

Pandemia 9, 195, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 269, 271, 277, 280, 281

Pareceres Prévios 7, 125, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Parques 8, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 235, 236

Perfil de saúde 212

Planejamento 7, 39, 40, 63, 65, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 142, 150, 167, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 222, 236, 252, 253, 262, 263, 264, 266, 276, 289, 302, 319

Planejamento Estratégico 7, 177, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 262, 263, 264, 266, 276

Políticas Públicas 8, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 61, 84, 121, 122, 126, 150, 153, 159, 204, 219, 265, 303, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 341

Praças 8, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 235, 236

Prestação de Contas 39, 44, 45, 53, 55, 64, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 142, 147, 148, 149, 153, 154, 171

R

Redes Sociais 7, 164, 166, 168, 170, 178, 182, 183, 184, 234

S

Setor Público 13, 51, 63, 64, 95, 101, 115, 116, 117, 119, 122, 144, 166, 303

Socialização 244, 246, 247, 248, 249, 253, 259, 341

T

Transferências Voluntárias 6, 81, 85, 86, 88, 93, 97, 98

Transparência Pública 6, 1, 5, 9, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 121

Tribunais de Contas 1, 3, 4, 7, 8, 20, 44, 53, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 161

Tribunais de Justiça 1, 3, 4, 8, 15, 18, 19

Tribunal de Contas 7, 3, 7, 14, 15, 44, 50, 54, 55, 56, 67, 78, 85, 86, 91, 97, 116, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,

149, 150, 161, 162, 170, 172, 175, 177, 181, 183

Turismo 108, 111, 222, 228, 230, 235, 236, 237

U

Universidades Estaduais 6, 81, 82, 91

V

Varginha-MG 6, 63, 64

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 